

Nota do editor

Pontos de interesse:

- Turismo acessível a todos ...Turismo inclusivo
- Públicos Especiais

Salinas para todos!

Situadas em áreas lodosas, muitas vezes com acessos sinuosos, limitados com muros e taludes elevados e inclinados, as salinas apresentam especiais dificuldades de visitação para pessoas com limitações de mobilidade e visão.

Terão sido estes os constrangimentos que têm afastado os chamados públicos especiais, da visita e interpretação das salinas ou das zonas salineiras, ficando as salinas um pouco à margem da atenção que as sociedades modernas têm vindo gradualmente a dar à acessibilidade destes públicos especiais a espaços naturais e seminaturais. De facto muitos jardins, parques, florestas e outros sítios de interesse natural, incluindo também monumentos geológicos, têm criado trilhos, acessos e meios informativos adaptados às necessidades dos vários públicos especiais, os quais tendo necessidades específicas, compreendem também todas as classes etárias.

No âmbito do ECOSAL ATLANTIS a Universidade de Aveiro tem vindo a testar diversas soluções de acessibilidade, que incluem um passadiço sobrelevado na salina Santiago da Fonte e diversos meios interpretativos. A interação da equipa local do ECOSAL ATLANTIS com estes públicos e com as suas associações representativas, tem resultado na criação de estruturas de interpretação e acesso, de tal forma que já podemos afirmar que a Santiago da Fonte é para todos, e que todos podem ter acesso ao seu interior, vendo os seus compartimentos, as suas cores, apreciando a paisagem sonora do marulhar das águas e dos múltiplos cantos e gritos de alarme das aves que por ali criam e passam. Estão ainda em desenvolvimento guias de apoio à visitação destes espaços naturais por públicos com necessidades especiais.

Renato Neves

Coordenador nacional do ECOSAL ATLANTIS em Portugal

Nesta edição:

Nota do editor	1
Turismo acessível a todos ...Turismo inclusivo	2
Públicos Especiais	4

Turismo acessível a todos ... Turismo inclusivo

Momentos de passeio, descanso ou de lazer são frequentemente vistos como privilégios apenas daqueles que têm os meios económicos ou o tempo para fruir dos pequenos ou grandes “luxos” que a sociedade moderna lhes proporciona. Esta crença será duplamente rebatida se tivermos em conta que o descanso e o divertimento não são necessariamente um luxo, nem tão pouco que quem tem tempo e dinheiro terá condições efetivas de acesso ao entretenimento e à cultura em muitas das suas manifestações mais expressivas.



Esta reflexão torna-se particularmente relevante quando se vê o turismo como “um bem social, de importância primordial, que deve estar ao alcance de todos os cidadãos, sem que nenhum grupo da população deva ser excluído, independentemente das circunstâncias, sejam elas pessoais, sociais, económicas ou de qualquer outra índole” (Turismo de Portugal 2012:4).

Particularmente suscetíveis de exclusão da experiência turística estarão as pessoas com deficiência bem como as suas famílias, na medida em que nem sempre os espaços se encontram apetrechados com os meios físicos e humanos para receber pessoas com necessidades especiais.

Embora a garantia de meios de acesso a todos (incluindo a pessoas com necessidades especiais) esteja perfeitamente prevista por lei, são lentos os progressos na criação de condições reais de acesso ao património natural, construído e cultural, num país em que estes mesmos bens são um fator de atração turística e uma reconhecida fonte de riqueza. De particular relevo será ainda o papel que o turismo tem no desenvolvimento do país e na preservação dos atributos que melhor distinguem um lugar ou um povo; e porque não, na criação de melhores condições de vida para as populações autóctones, pois ao serem criadas condições de acesso para visitantes estrangeiros, estaremos a dá-las igualmente àqueles que melhor as poderão fruir, os próprios habitantes locais.



A fim de dar cumprimento ao art.º 7.º do Código de Ética Mundial de Turismo que frisa que todo o património tem de estar ao dispor de todas as pessoas, haverá necessidade de identificar “quem são” as pessoas a quem se destina qualquer oferta turística. Nesse processo, e tendo igualmente em conta o preconizado no art.º 30 da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU), haverá a necessidade de conhecer em profundidade aqueles que têm necessidades especiais por força de uma deficiência (motora, visual, auditiva, intelectual, ou outra); por idade avançada; ou ainda, por ser criança, estar grávida, ou mesmo, ter uma incapacidade temporária por acidente. Dado o perfil da população mundial atual e o estilo de vida que as

sociedades mais desenvolvidas hoje levam, é espectável que estes públicos venham a ter cada vez maior expressão e, por conseguinte, mereçam atenção redobrada por parte da oferta turística.

Tal significa que, em vez de excluir estas pessoas e os seus acompanhantes das experiências turís-

ticas, há que criar condições de acesso e de visitação local, numa tentativa contínua de tornar as experiências cada vez mais sensoriais e assim, mais marcantes para todas as pessoas.

Há ainda que considerar que, geralmente, a pessoa (num grupo ou família) que tenha as referidas necessidades especiais, será o elemento decisor das opções do seu grupo. Isto é, se puder aceder e usufruir de determinada visita, todo o grupo/família participará também. Caso contrário, optarão por outra experiência ou visita onde possam ir todos.

Esta visão integrada e holística leva a um novo olhar sobre o turismo acessível. Não se trata de criar soluções ou efetuar visitas e experiências exclusivamente para pessoas com deficiências ou necessidades especiais, mas sim de preparar soluções que potenciem a fruição de todos.

As soluções passam por encontrar os meios que, na sua diversidade, sejam igualmente atrativos e úteis para quem tem e para quem não tem deficiência. Esta abordagem parte do princípio que toda a pessoa tem necessidades especiais e, portanto, merece ser respeitada na sua diferença. Basta, portanto, ter cuidados básicos que assentem na simplicidade, na funcionalidade e no estímulo multissensorial. E esses cuidados devem ser transversais a tudo – ao ambiente físico e humano e, de modo particular, à abordagem global que deverá ser uma de comunicação plena, também ela assente no “multiformato” e na multimodalidade.

Desta feita, toda a comunicação e informação deverá ser simples e estar estruturada por forma a estimular e aprofundar o conhecimento sobre as várias temáticas à medida do interesse de cada um. Contemplam-se aqui as crianças, as pessoas com menos informação e/ou com menor nível de escolaridade e as pessoas com incapacidades intelectuais. Mas há que registar que aquilo que for simples “chega a todos”; aquilo que estimula os sentidos é “útil para todos”, permitindo-se assim a todos vivenciar as experiências de forma mais intensa, garantindo aquela que, para algumas pessoas, é a única forma de “aceder”.

Em suma, o acolhimento da diversidade humana proporciona um enriquecimento do local visitado e um estímulo aos colaboradores, aos guias, aos responsáveis, e a todos os agentes envolvidos na atividade turística, uma vez que as expectativas dos públicos com necessidades especiais e dos seus grupos de relação são ainda muito baixas e os níveis de satisfação face a uma experiência positiva de inclusão, muito elevados. A oferta de turismo inclusivo será sempre um fator de progresso e enriquecimento para todos e vital numa sociedade ética, responsável e sustentável.



Ana Garcia

Josélia Neves (docente e investigadora do Instituto Politécnico de Leiria)

Públicos Especiais

O desenvolvimento de atividades turísticas acessíveis a todos é um segmento com um potencial crescente, nomeadamente em áreas de interesse natural com potencialidade turística. Não obstante esta realidade, estas áreas em geral e mais especificamente os espaços onde se localizam as marinhas de sal, apresentam algumas limitações em termos de acessibilidade e mobilidade para pessoas

com necessidades especiais. Os modelos de visitas destes espaços, bem como os materiais promocionais e de apoio às visitas, também não estão ainda adaptados para estes públicos, existindo desta forma um constrangimento ao desenvolvimento de atividades turísticas acessíveis a todos nestes espaços.

Neste contexto e no âmbito do projeto ECOSAL ATLANTIS a Universidade de Aveiro, parceira do projeto e responsável pela ação “desenvolvimento de workshops”, enquadrada na Atividade “Desenvolvimento Territorial Sustentável”, realizou o workshop “Públicos Especiais – Promoção do turismo Acessível nas marinhas de Sal”, que pretendeu identificar as necessidades dos públicos com necessidades especiais nas visitas a estes espaços

O workshop foi desenvolvido em três fases:



Figura 1 - Apresentação do espaço “Marinha de Santiago” às entidades e associações convidadas (1ª fase).

Para a primeira fase (fase preparatória), foram convidadas associações e entidades que trabalham com públicos especiais e que desenvolveram trabalho referenciado como “boas práticas”. Com a análise e discussão desse trabalho pretendia-se identificar a viabilidade da sua adaptação ao espaço “Marinha Santiago da Fonte”. Neste sentido foi feita uma apresentação do espaço, do modelo de visita e dos materiais utilizados identificando os pontos fracos e os pontos fortes do mesmo, bem como os desafios e potencialidades existentes (análise SWOT).

Na segunda fase foi realizada uma visita à marinha Santiago da Fonte, por um grupo de pessoas com dificuldades de mobilidade e sensoriais para avaliação do espaço e do modelo de visita.

Por último (3ª fase) foi desenvolvido o “workshop” que teve como público-alvo parceiros do projeto, associações e entidades com ligação ao setor do turismo e valorização dos espaços naturais troca de experiências e discussão dos aspetos mais críticos identificadas nas fases anteriores

Para o desenvolvimento do workshop foram definidas as seguintes questões-chave:

- Quais as adaptações necessárias a fazer aos equipamentos e aos percursos existentes?
- Quais as adaptações necessárias a fazer aos produtos elaborados para a promoção e divulgação?



Figura 2 - Visita à marinha Santiago da Fonte (2ª fase).

- Quais as adaptações a fazer pelos guias turísticos na receção destas pessoas?

Pretendia-se assim responder a um conjunto de objetivos que permitissem a melhoria destes espaços considerando a sua adaptação de forma inclusiva:

- Transmitir informação acerca das necessidades dos públicos com mobilidade condicionada e dificuldades sensoriais nas visitas a espaços naturais, nomeadamente os espaços salícolas;
- Receber os contributos dos vários participantes para a elaboração da proposta de modelo de visita;
- Elaborar uma proposta de modelo de visita para os públicos com necessidades especiais.

Com a finalidade de responder aos objetivos propostos e às questões levantadas foi realizada uma apresentação e posterior análise dos exemplos de boas práticas com a escolha dos casos:

- Lousã: destino turismo acessível
- Eco parque Sensorial Pia do Urso

Além da análise dos casos de estudo referidos, foi possível contar com o contributo de duas especialistas na área do turismo acessível. A Doutora Josélia Neves apresentou as diretivas para uma comunicação eficaz para todos, bem como formas de adaptação de espaços e materiais. A Dra. Ana Garcia, diretora da primeira agência de viagens, em Portugal, vocacionada para pessoas com mobilidade reduzida (membro da European Network for Accessible Tourism) referiu o trabalho que os empresários e técnicos da área do turismo têm desenvolvido no sentido de tornar tanto os destinos como as infraestruturas turísticas acessíveis a qualquer tipo de público.

Os participantes fizeram uma visita ao local “Marinha Santiago da Fonte” para conhecerem o “caso-estudo”. Após a visita foram divididos em grupos com o objetivo de discutirem e proporem sugestões de melhoria do espaço, ao nível da acessibilidade, da mobilidade e dos materiais utilizados como forma de tornar o local acessível e interessante para todos.

Para finalizar a dinâmica de grupo os participantes fizeram as apresentações do conjunto de medidas de intervenção propostas para o local e para os materiais de apoio.

As áreas naturais, pela sua especificidade, não estão adaptadas para públicos com necessidades especiais e estão, na sua maioria, sujeitas a estatutos de proteção, o que impõe algumas limitações nas adaptações que poderão ser necessárias executar. É o que se

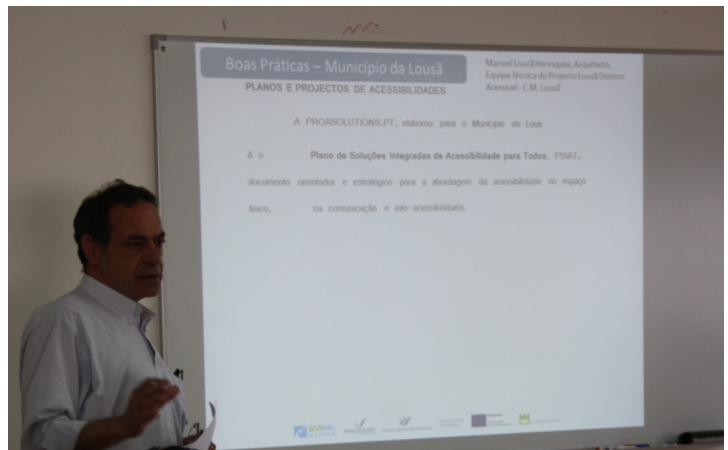


Figura 3 - Exemplo de Boas Práticas, Projeto Lousã Destino Acessível - Município da Lousã (3ª fase).



Figura 4 - Exemplo de Boas Práticas, Eco parque Sensorial Pia do Urso - Município da Batalha (3ª fase).



Figura 5 - Dinâmica de grupo workshop (3ª fase).

passa com a Marinha Santiago da Fonte, integrada na ZPE (Zona de proteção Especial – Rede Natura 2000) Ria de Aveiro (PTZPE0004).

No entanto, existem algumas melhorias, quer ao nível do espaço físico, quer ao nível dos materiais, que se podem efetuar mesmo nestas áreas. Assim, com a realização deste workshop foi possível identificar os principais problemas (ou desafios) existentes na marinha Santiago da Fonte e que são comuns a outros espaços salícolas, para o desenvolvimento de visitas turísticas para pessoas com necessidades especiais. Os principais problemas referenciados são de âmbito variado, dizendo respeito, quer ao espaço físico, quer aos materiais utilizados na visita.

Relativamente ao espaço físico, foram identificados problemas relacionados quer com a acessibilidade ao local, quer com o próprio percurso de visita que se costuma efetuar. De facto, o piso existente no espaço físico exterior da Marinha Santiago da Fonte, não é o mais adequado a pessoas que tenham dificuldades de locomoção, pois é muito irregular.

Também dentro do próprio armazém, onde se encontram os materiais utilizados para as visitas, foram detetados problemas, nomeadamente na rampa de acesso ao observatório, que apresenta uma inclinação muito grande e que não permite o acesso de cadeiras de rodas.

No que diz respeito aos materiais, a maioria dos problemas identificados tem a ver com a falta de material produzido em Braille ou em formato áudio, que permita a invisuais ou amblíopes um melhor acesso à informação existente. Foi também referido a necessidade de produção de material em alto-relevo, e.g. a planta da marinha e as imagens de espécies que visitam estes locais.

Este workshop permitiu ainda perceber que muitos destes problemas identificados poderão ser superados com intervenções específicas. Para isso é, no entanto, necessário identificar recursos financeiros e humanos que possam realizar algumas das sugestões apresentadas.

Sendo um espaço natural, com alguns condicionamentos por se encontrar integrado numa ZPE, é necessário também perceber e identificar que tipos de materiais poderão ser utilizados na execução de algumas sugestões, sem entrar em conflito com as próprias características do local e da atividade que aí se continua a realizar – a extração de sal marinho, pelo método artesanal.

Como resultado final deste workshop será produzido um relatório e um documentário nas várias línguas do projeto (português, espanhol, francês e inglês), onde serão apresentados quer os problemas, quer as sugestões referidas pelos diversos participantes.



Figura 6 - Acessibilidade do percurso de visita (problemas detetados).



Figura 7 - Rampa de acesso ao observatório (problemas detetados).

Filomena Martins; Helena Albuquerque; Margarida F. Silva (Universidade de Aveiro)